

## Aula 5 – Curiosidades, Mitos e Como Usar os Portais de Transparência

### 1. Mitos do orçamento público

Mito 1: “O governo pode gastar o que quiser, é só imprimir dinheiro.” Na prática, existem regras de responsabilidade fiscal, limites de endividamento, metas de resultado e limites de despesa. Gastar sem controle tende a gerar inflação, juros mais altos e crise.

Mito 2: “Qualquer verba pode ser usada em qualquer área.” Muitas receitas são “carimbadas” (vinculadas) por lei a determinadas finalidades – por exemplo, percentuais mínimos para saúde e educação.

### 2. Curiosidades do orçamento

Boa parte das discussões políticas que você vê na TV, na prática, são disputas sobre o orçamento: quem ganha mais recursos, qual programa cresce, qual sofre corte e que tipos de renúncias fiscais serão concedidas.

Às vezes, uma mudança pequena na LDO ou em um artigo da LOA tem impacto bilionário, enquanto o debate público se concentra em manchetes superficiais.

### 3. Como não cair em fake news sobre orçamento

Um checklist rápido ajuda a evitar desinformação: sempre verifique a fonte (portal oficial, órgão público, imprensa profissional); procure o dado original em relatórios como LOA, RREO, RGF ou portais da transparência; desconfie de prints de tela sem link, artes muito alarmistas e frases soltas; e compare pelo menos duas fontes diferentes antes de compartilhar.

### 4. Como acessar o portal da sua cidade e o que observar

Para acessar o portal da sua cidade, pesquise no Google “Portal da Transparência” seguido do nome do município. Ali você geralmente encontra informações sobre gastos, contratos, salários, obras, saúde, educação e relatórios obrigatórios.

No portal, é interessante observar as despesas detalhadas (empenho, liquidação e pagamento), contratos e licitações, obras em andamento e valores destinados, além de relatórios fiscais (RREO, RGF) e suas metas.

## **5. Como cobrar seus representantes**

Você pode usar canais oficiais como ouvidorias, e-mails de gabinete e redes sociais verificadas para enviar perguntas diretas, como: “Por que houve corte em tal área?”, “Qual critério para escolha de tal obra?” ou “Quais emendas o(a) senhor(a) apresentou este ano?”.

Também é importante acompanhar audiências públicas e consultas sobre PPA, LDO e LOA no seu município ou estado e usar o voto como instrumento de cobrança, avaliando a coerência entre o discurso e o uso efetivo do orçamento.